



**INSTITUTO FEDERAL  
SANTA CATARINA**

Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA**

# **DE PROFESSOR A RÉU: MARCOS CARDOSO FILHO E A ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA  
Florianópolis, setembro de 2014**

Instituto Federal de Santa Catarina – Reitoria

Rua: 14 de julho, 150 | Coqueiros | Florianópolis /SC | CEP: 88.075-010

Fone: (48) 3877-9000 | [www.ifsc.edu.br](http://www.ifsc.edu.br) | CNPJ 11.402.887/0001-60



REDE FEDERAL  
DE EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL  
E TECNOLÓGICA

1909-2014



**INSTITUTO FEDERAL  
SANTA CATARINA**

Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA**

# **DE PROFESSOR A RÉU: MARCOS CARDOSO FILHO E A ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**Relatório institucional elaborado por solicitação da  
Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright para elucidar  
fatos relacionados ao professor Marcos Cardoso Filho**

**INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA  
Florianópolis, setembro de 2014**



**PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Dilma Rousseff

**MINISTRO DA EDUCAÇÃO**

Henrique Paim

**SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Aléssio Trindade de Barros

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA**

**REITORIA**

**Reitora**

Maria Clara Kaschny Schneider

**Diretora Executiva**

Silvana Rosa Lisboa de Sá

**Pró-Reitora de Administração**

Elisa Flemming Luz

**Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional**

Andrei Zwetsch Cavalheiro

**Pró-Reitora de Ensino**

Daniela de Carvalho Carrelas

**Pró-Reitor de Extensão e Relações Externas**

Golberi de Salvador Ferreira

**Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação**

Mario de Noronha Neto



**Grupo de Trabalho responsável por apurar os fatos relacionados às demandas da Comissão da Verdade (Portaria nº 838 de 6 de maio de 2014)**

Ana Paula Lückman  
Fabiana Mortimer Amaral  
Giovana Perine Jacques  
Heitor Gilberto Éckeli  
Juliana Vamerlati Santos  
Marcelo Martins  
Sandra Lopes Guimarães  
Sidélia Suzan Marques

**Elaboração do Relatório**

**Pesquisa**

Ana Paula Lückman, Giovana Perine Jacques, Marcelo Martins, Sandra Lopes Guimarães

**Pesquisa documental no Superior Tribunal Militar**

Ana Paula Lückman, Juliana Vamerlati Santos

**Entrevistas**

Ana Paula Lückman, Giovana Perine Jacques, Heitor Gilberto Éckeli

**Redação e edição**

Ana Paula Lückman

**Supervisão técnica**

Fabiana Mortimer Amaral  
Juliana Vamerlati Santos  
Pricila Serpa Thiesen

**Florianópolis, setembro de 2014**



## SUMÁRIO

1 Apresentação .....	6
2 Contextualização do trabalho desenvolvido .....	6
3 Resultados .....	10
3.1 Marcos Cardoso Filho: dados biográficos e perfil .....	10
3.2 A Operação Barriga Verde em Santa Catarina .....	15
3.3 A audiência da Justiça Militar realizada na ETFSC .....	20
3.4 A demissão de Marcos Cardoso Filho da ETFSC .....	26
4 Considerações finais .....	29
5 Referências .....	31
6 Anexos .....	32



# **De professor a réu: Marcos Cardoso Filho e a Escola Técnica Federal de Santa Catarina**

## **1 Apresentação**

Este relatório sistematiza os resultados da investigação desenvolvida no âmbito do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) a respeito da possível realização, em 1976, do julgamento do professor Marcos Cardoso Filho nas dependências da instituição, então chamada Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETFSC). Tal pesquisa atendeu a demanda da Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright, de Santa Catarina, encaminhada à Reitoria do IFSC em 18 de novembro de 2013. Enquanto atuava como docente na ETFSC, em 1975, Marcos Cardoso Filho foi um dos 42 presos políticos da Operação Barriga Verde, deflagrada durante a ditadura militar (1964-1985) para coibir as atividades do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em Santa Catarina, partido este colocado na ilegalidade em 1948. Em razão da prisão, Marcos Cardoso Filho afastou-se do trabalho docente na instituição, da qual foi desligado definitivamente por ato da direção da ETFSC em 6 de setembro de 1978. A pesquisa documental, bibliográfica e testemunhal buscou esclarecer as circunstâncias do referido julgamento e levantar aspectos diversos da relação profissional do professor Marcos Cardoso Filho com a então ETFSC.

## **2 Contextualização do trabalho desenvolvido**

A Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright (CEV) solicitou à Reitoria do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), em ofício de 18 de novembro de 2013 (Anexo 26)<sup>1</sup>, esclarecimentos quanto à possível realização de ato da Justiça Militar nas dependências da antiga Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETFSC), tendo Marcos Cardoso Filho, então professor da instituição, como réu. Tal demanda surgiu em função do depoimento do professor Nestor Manoel Habkost à CEV, no qual o professor relata ter presenciado, enquanto aluno do curso de Eletrotécnica, em meados da década de 1970, o julgamento do professor no auditório da ETFSC, fato que jamais saiu de sua memória.

Natural de Tubarão (SC), onde nasceu em 12 de maio de 1950, Marcos Cardoso Filho era engenheiro eletricista formado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e tornou-se

<sup>1</sup> Cópias de todos os documentos mencionados ao longo deste relatório encontram-se nos anexos.



docente na ETFSC em 30 de abril de 1973 (Anexo 9). Lecionou as disciplinas Eletrotécnica e Medidas Elétricas e Eletrônica até a última semana de outubro de 1975. Em 4 de novembro, uma terça-feira, dia em que daria aula das 15 às 18 horas na ETFSC (Anexo 10), foi preso sob a acusação de participar da reestruturação do então proscrito Partido Comunista Brasileiro (PCB) em Santa Catarina, na chamada Operação Barriga Verde. Além dele, outras 41 pessoas foram detidas na mesma operação, sob diferentes acusações, todas envolvendo a organização do PCB no estado.

Em atendimento à solicitação da CEV, a Reitoria do IFSC deliberou pela composição de um Grupo de Trabalho encarregado de apurar os fatos relatados pelo professor Nestor Habkost à comissão. Esse grupo, formado por oito servidores e sob coordenação da Diretoria de Extensão, vinculada à Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas, deu início às suas atividades em fevereiro de 2014 e foi formalmente constituído pela Portaria nº 838, de 6 de maio de 2014 (Anexo 27). Além da investigação solicitada pela Comissão da Verdade, cujos resultados são apresentados neste relatório, o Grupo de Trabalho também tem a tarefa de resgatar a memória do professor Marcos Cardoso Filho dentro da instituição, com a organização de atividades a serem desenvolvidas até 31 de dezembro de 2014.

A pesquisa de campo foi realizada em duas etapas. A primeira, entre fevereiro e maio de 2014, resultou na primeira versão do presente relatório, encaminhada à Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright em 18 de julho de 2014. A segunda envolveu a pesquisa no processo original da Operação Barriga Verde, no Arquivo do Superior Tribunal Militar, em Brasília (DF) – documentos agrupados nos 12 volumes da Apelação 42.036, que têm mais de 3.600 páginas. Tal pesquisa ocorreu apenas no mês de agosto, após a conclusão da primeira versão do relatório, em função dos trâmites necessários para a solicitação do acesso aos documentos, autorização pelo Ministro do STM (Anexo 28), agendamento junto ao setor de Arquivo e organização da viagem das servidoras designadas para a tarefa.

As duas etapas da pesquisa de campo envolveram os seguintes procedimentos:

- 1. Busca, nos arquivos do IFSC, de documentos relativos à realização do suposto julgamento na antiga ETFSC, bem como de documentação sobre a atuação do professor Marcos Cardoso Filho na instituição.** Foi localizada a pasta funcional do professor (Anexos 9 a 14), com uma série de documentos relevantes e em bom estado de conservação, tais como a



portaria de contratação, portaria de rescisão e correspondências enviadas por Marcos Cardoso Filho à ETFSC durante o período da prisão, manifestando seu interesse em retornar às atividades docentes. No entanto, não foram localizados, nos arquivos do IFSC, registros documentais da realização do suposto julgamento, tais como ofícios eventualmente recebidos da Justiça Militar ou cópias de ofícios a ela enviados.

2. **Busca de outras testemunhas do suposto julgamento do professor, por meio das listas de formandos da época e contato com antigos servidores.** A equipe tentou contato com diversos ex-alunos e encontrou apenas um com memória satisfatoriamente clara a respeito do evento pesquisado. Foram encontrados registros nos jornais da época (Anexos 6 a 8) e também obteve-se o testemunho de um jornalista que cobriu, pessoalmente, o ato militar na ocasião.
3. **Busca de documentos da antiga ETFSC no Arquivo Público e na Biblioteca Pública de Santa Catarina.** Dada a ausência de registros documentais sobre o suposto julgamento nos arquivos da ETFSC/IFSC, tentou-se localizar documentos da instituição que eventualmente pudessem ter sido encaminhados para outros órgãos públicos. No entanto, essa busca não teve sucesso, e nada relevante para a pesquisa foi localizado.
4. **Busca de registros do suposto julgamento nos jornais locais da época, além de outros registros sobre a Operação Barriga Verde.** Como mencionado no item 2, os jornais locais de Santa Catarina publicaram matérias sobre o evento pesquisado, além de terem noticiado os principais atos públicos da Justiça Militar envolvendo o processo da Operação Barriga Verde.
5. **Consulta aos documentos que compõem o processo original e completo da Operação Barriga Verde, reunidos na Apelação nº 42.036 e mantidos no setor de Arquivo do Superior Tribunal Militar (STM), em Brasília (DF).** A consulta aos documentos arquivados no STM envolveu um trâmite que incluiu a solicitação formal encaminhada ao Ministro do STM (Anexo 28), sua autorização e posterior agendamento. A solicitação foi encaminhada pelo Gabinete da Reitoria do IFSC em maio de 2014, por meio do Ofício nº 851/2014. Cumpridos os trâmites necessários, a autorização foi concedida. A pesquisa foi realizada por duas servidoras integrantes do Grupo de Trabalho, em agosto de 2014. O objetivo principal, e que justificou a solicitação ao STM, era encontrar, entre as centenas de documentos do processo, registros da realização da audiência (suposto julgamento) nas dependências da Escola





Técnica Federal. Os documentos mais relevantes localizados foram: a ata da sessão nº 89 do Conselho Permanente de Justiça para o Exército, realizada na ETFSC em 21 e 22 de setembro de 1976 - a audiência que é objeto de investigação na presente pesquisa (Anexo 4); despacho do juiz auditor Darcy Ricetti, responsável pelo processo, definindo data e local da audiência, datado de 9 de setembro de 1976 (Anexo 1); ofício, assinado pelo mesmo juiz, agradecendo à Secretaria da Segurança Pública (SSP) de Santa Catarina pela indicação da ETFSC como local para a realização da audiência, também datado de 9 de setembro de 1976 (Anexo 3); ofício, também com data de 9 de setembro de 1976 e assinado pelo mesmo juiz auditor, solicitando ao general comandante da 5ª Região Militar o deslocamento dos oficiais integrantes do Conselho Permanente de Justiça para o Exército (CPJEx) de Curitiba a Florianópolis, para a realização da audiência (Anexo 2). O teor desses documentos será detalhado na próxima seção.

6. **Entrevistas com pessoas próximas a Marcos Cardoso Filho (família, amigos, alunos e companheiros de militância) e que tenham informações sobre os fatos investigados.** A partir de uma lista mais ampla de possíveis entrevistados, optou-se por realizar entrevistas aprofundadas com as seguintes pessoas: 1) Tereza Cardoso, irmã de Marcos Cardoso Filho; 2) Marise Maravalhas, esposa de Marcos Cardoso Filho entre 1974 e 1979; 3) Jean-Marie Farines, professor, colega de trabalho e cunhado de Marcos Cardoso Filho; 4) Joel Lacerda, ex-aluno da ETFSC, testemunha do ato da Justiça Militar objeto da pesquisa e servidor do IFSC; 5) Nestor Manoel Habkost, ex-aluno de Marcos Cardoso Filho, testemunha do ato da Justiça Militar objeto da pesquisa e responsável pela solicitação da investigação por parte da CEV; 6) Celso Martins da Silveira Júnior, ex-aluno, amigo, colega de militância de Marcos Cardoso Filho, jornalista que cobriu o ato da Justiça Militar na época e estudioso dos eventos em torno da Operação Barriga Verde; 7) Paulo Roberto Wollinger, ex-aluno de Marcos Cardoso Filho na ETFSC e servidor do IFSC. Além desses entrevistados, foram colhidas também informações por e-mail com Janette Cardoso, irmã de Marcos Cardoso Filho, que reside em Toulouse, França, e por isso não pôde ser entrevistada pessoalmente. Todas as entrevistas foram também gravadas em vídeo (com exceção de Janette).
7. **Pesquisa bibliográfica sobre Marcos Cardoso Filho e a Operação Barriga Verde.** A referência mais importante é o livro “Os quatro cantos do sol: Operação Barriga Verde”, de



autoria do jornalista Celso Martins, publicado em 2006 pela Editora da UFSC e Fundação Boiteux. As demais fontes, que forneceram informações necessárias à compreensão do contexto da época, estão listadas nas referências bibliográficas do presente relatório.

### 3 Resultados

#### 3.1 Marcos Cardoso Filho: dados biográficos e perfil<sup>2</sup>

Marcos Cardoso Filho nasceu em Tubarão, no Sul de Santa Catarina, em 12 de maio de 1950, único filho homem de Marcos e Belmira Cardoso, que tiveram outras quatro filhas: Rosemárie, Terezinha (conhecida como Tereza), Janette e Regina. Na década de 1950, a família transferiu-se para Jaraguá do Sul e depois para Joinville, onde Marcos e a irmã mais velha, Rosemárie, concluíram os estudos de segundo grau. Aprovado no vestibular para Engenharia Elétrica na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 1969, Marcos mudou-se para Florianópolis. Enquanto aluno do curso de Engenharia, realizou estágio na área de Ensino de Física no Colégio de Aplicação da UFSC e atuou também como professor da mesma disciplina no Instituto Estadual de Educação. Concluiu a graduação em Engenharia Elétrica em 11 de dezembro de 1973 (Anexo 17).

Além da aptidão para as ciências exatas, o jovem Marcos Cardoso Filho tinha também uma forte inclinação à ciência política. Quando ainda era estudante do Colégio Celso Ramos, em Joinville, teve contato com o romeno Theodoro Ghercov, que era ligado ao comitê central do então clandestino Partido Comunista Brasileiro (PCB). Foi o início da militância política de Marcos, que, em Florianópolis, tornou-se uma das principais lideranças do movimento pela reestruturação do PCB, tendo sido também fundador da Juventude do MDB e um dos responsáveis pelo fortalecimento do movimento estudantil na Universidade Federal de Santa Catarina (MARTINS, 2014).

Em 30 de abril de 1973, prestes a completar 23 anos de idade e ainda estudante universitário, Marcos Cardoso Filho foi contratado como professor da Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETFSC), após aprovação em concurso homologado pelo conselho de representantes da instituição. A contratação foi formalizada por meio da Portaria nº 130A (Anexo 9), assinada pelo então diretor da ETFSC, Frederico Guilherme Büendgens. O contrato de trabalho com a ETFSC é o

<sup>2</sup> A maior parte dos dados biográficos aqui apresentados tem como fonte o livro “Os quatro cantos do sol: Operação Barriga Verde”, do jornalista Celso Martins (Editora da UFSC/Fundação Boiteux, 2006). As informações provenientes de outras fontes estão devidamente referenciadas.



segundo registro formal de emprego na Carteira de Trabalho de Marcos (Anexo 15). Durante o período em que atuou na instituição, entre 1973 e 1975, Marcos lecionou as disciplinas Eletrotécnica e Eletrônica, conforme declarações emitidas pela Secretaria Administrativa da ETFSC (Anexos 18 e 19). Em 10 de janeiro de 1974, já graduado, o jovem professor casou-se com Marise Maravalhas, professora de Educação Artística do Colégio de Aplicação da UFSC, que havia conhecido em 1971.

A julgar pelos testemunhos ouvidos para esta pesquisa, Marcos Cardoso Filho parecia separar de forma muito precisa os setores de sua vida: o núcleo familiar, a atuação docente e a militância política. Marise Maravalhas, professora aposentada do Colégio de Aplicação e esposa de Marcos entre 1974 e 1979, afirma que a docência era uma atividade que ele desempenhava com muita dedicação:

11

O Marcos era uma pessoa muito dedicada, era muito estudioso. Era uma pessoa que adorava dar aula, adorava as escolas onde trabalhava, adorava os alunos. Estava sempre estudando. Eu sempre via o Marcos estudando e trabalhando. (...) Nunca conheci uma pessoa tão inteligente, tão intelectual realmente. Vivia estudando, lendo. A casa era cheia de livros, as paredes cheias de livros. Uma pessoa muito simples, mas muito estudiosa.<sup>3</sup>

Tereza Cardoso, irmã de Marcos, guarda a mesma imagem do irmão:

Ele amava muito a profissão dele. Outro dia eu estava conversando com o meu marido e comentava que ele [Marcos] devia amar muito o que fazia. (...) Um dia ele comentou comigo que, se ele tivesse algum problema com um aluno, ele sempre ia focar naquele aluno. Porque os que já eram bons e tinham facilidade, ele não precisava fazer muita coisa. Ao invés de perseguir o aluno, como muitos professores fazem hoje, ele tentava focar, fazer alguma coisa para que o aluno pudesse melhorar. Foi uma coisa que ele comentou e eu não esqueço.<sup>4</sup>

Os ex-alunos de Marcos ouvidos para esta pesquisa também guardam admiração pelo professor. O jornalista e historiador Celso Martins da Silveira Júnior, que foi seu aluno no Colégio de Aplicação da UFSC e depois tornou-se seu amigo e colega de militância no PCB, recorda que Marcos

<sup>3</sup> Entrevista concedida pela professora aposentada Marise Maravalhas, 66 anos, ao Grupo de Trabalho do IFSC, em março de 2014.

<sup>4</sup> Entrevista concedida pela bancária aposentada Terezinha Belmira Cardoso (conhecida como Tereza), 60 anos, ao Grupo de Trabalho do IFSC em março de 2014.



costumava recorrer a saídas de campo para abordar o conteúdo de Física de forma mais dinâmica e concreta:

Nas aulas que o Marcos ministrava, ele sempre procurava alguma coisa inovadora, algum gancho local, sempre procurava exemplificar as coisas ligadas à área científica. Eu me lembro que quando ele estava ensinando força e vetor, ele requisitou um ônibus monobloco que a universidade federal tinha, e levou a gente até o centro, pelo Saco dos Limões, que é cheio de curvas. E nas curvas, quando a gente ia para um lado e outro, ele dizia “olha, isso é força, isso é vetor”, e depois em sala de aula ele dava os cálculos. A gente já sabia o que era, não precisava imaginar. A mesma coisa com luz e ótica, que ele ensinou com fotografia. Ele tinha a preocupação de ensinar, realmente. Ele não ia lá para cumprir carga horária, cumprir programa. Ele era fascinado pela Física, pelas ciências exatas. Apesar de ter esse lado político, de militância, ele gostava muito de filosofia, de artes plásticas, de música clássica. Mas na física ele se sentia realizado. (...) Ele era um excelente professor. Um professor que te ensina ótica e luz com fotografia, te leva para percorrer curvas e aprender assim força e vetor, não é qualquer professor que faz isso. Em geral, os professores ficavam naquele comodismo de sala de aula, do escrito, da prova. Ele não era rigoroso nas provas, não rodava praticamente ninguém, a não ser que a pessoa estivesse muito mal. Se alguém tinha uma dificuldade, ele procurava individualmente.<sup>5</sup>

Na ETFSC, onde o curso de Eletrotécnica tinha laboratórios equipados, não era comum haver saídas de campo. Mas Paulo Wollinger, que foi aluno de Marcos em 1974 na instituição, recorda que o professor tinha a característica de utilizar a concretude do cotidiano para ensinar o conteúdo teórico da disciplina:

O Marcão<sup>6</sup> é inesquecível para qualquer um que tenha sido seu aluno porque ele tinha uma didática muito simples, mas muito eficiente. As aulas eram sempre muito participativas, muito dinâmicas. Ele tinha um jeito de escrever as anotações no quadro que era curioso. Era diferente, muito peculiar, sempre nos impulsionando a uma visão mais científica, mais rigorosa teoricamente, mas ao mesmo tempo descontraída. Ainda lembro hoje de alguns exemplos de eletricidade que ele dava na época. (...) Ele trazia os exemplos mais banais do dia a dia, do chuveiro elétrico em casa, da lâmpada, exemplos que trazia para incentivar a gente num domínio teórico. Nós não deixamos de assimilar, estudar, desenvolver o rigor teórico-científico daqueles conteúdos, mas fizemos isso muito rápida e praticamente porque ele sempre fazia uma relação com a realidade. (...) As disciplinas dele eram teóricas,

<sup>5</sup> Entrevista concedida pelo jornalista e historiador Celso Martins da Silveira Júnior, 58 anos, ao Grupo de Trabalho do IFSC em março de 2014.

<sup>6</sup> De acordo com o entrevistado, os alunos costumavam referir-se a Marcos como “Marcão”, em função de sua estatura e também pela proximidade com que o professor se deixava tratar pelos alunos.



eram disciplinas dadas em sala de aula. Mas ele levava muito material dos laboratórios para a sala de aula. Ele fazia alguns experimentos que davam errado, propositalmente, claro que com total controle da situação. Por exemplo, explodir uma lâmpada incandescente, curto-circuitar um determinado fusível para que ele queimasse, algo desse tipo, coisas que até assustavam, com faíscas e fogo, e ele dizia “prestem atenção, é isso que vai acontecer se vocês não tiverem atenção, se não seguirem os procedimentos”. Essa didática era marcante e isso para mim é inesquecível.<sup>7</sup>

O hábito de ensinar ciência por meio das coisas do cotidiano se revelava até mesmo no convívio familiar, como conta a irmã Tereza:

Ele era muito brincalhão, era uma pessoa alegre. Eu lembro que a Janette e a Regina diziam “mas como o Marquinho<sup>8</sup> é chato. A panela de pressão está ali no fogo e ele vem ensinar Física pra gente” [para explicar o processo de funcionamento de uma panela de pressão]. Ele gostava muito do que fazia e era muito alegre.<sup>9</sup>

Com Jean-Marie Farines a relação professor-aluno ocorreu de maneira inversa, no início da década de 1970: Marcos foi seu aluno no curso de Engenharia Elétrica, tornando-se, mais tarde, seu colega de departamento. Farines recorda a primeira ocasião em que prestou atenção no então estudante:

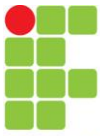
Meu primeiro contato com o Marcos Cardoso foi quando ele era estudante ainda, logo que eu cheguei<sup>10</sup>, talvez no primeiro ou segundo semestre em que eu estava dando aula. Ele apareceu para fazer uma prova e eu não o conhecia, tinha visto muito pouco na sala de aula. Depois de 45 minutos ele entregou a prova completa. E aí, olhando a prova, eu pensei que certamente seria uma prova fácil de corrigir, porque ele não teria feito nada. E contrariamente a isso, foi uma prova fácil de corrigir porque ele tinha feito tudo. Depois, em outras oportunidades ele mostrou que era um excelente cientista e uma pessoa brilhante do ponto de vista técnico. (...) Algum tempo depois ele se tornou meu colega de departamento. E foi lá que a gente teceu laços de amizade. (...) Eu sei que nessa época ele já era professor, como não tinha regime de dedicação exclusiva era possível ser professor em vários locais. Ele já era professor na Escola Técnica e se tornou professor de algumas disciplinas no nosso

<sup>7</sup> Entrevista concedida pelo engenheiro eletricitista e professor do IFSC Paulo Roberto Wollinger, 56 anos, ao Grupo de Trabalho do IFSC em agosto de 2014.

<sup>8</sup> No ambiente familiar, Marcos Cardoso Filho era chamado de “Marquinho”.

<sup>9</sup> Entrevista concedida pela bancária aposentada Terezinha Belmira Cardoso (conhecida como Tereza), 60 anos, ao Grupo de Trabalho do IFSC em março de 2014.

<sup>10</sup> Jean-Marie Farines é francês naturalizado brasileiro. Está no Brasil desde 1972, quando passou a atuar como docente na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



curso de Engenharia Elétrica<sup>11</sup>. (...) Na UFSC ele trabalhava numa parte de eletrônica digital, que era uma coisa extremamente nova na época, e ele realmente quando estava no laboratório tinha um desempenho excelente. Como professor, ele sempre foi muito interessado na docência. Ele se dedicava muito a isso, tanto que depois de preso ele queria vir dar aula. Não havia especialistas aqui na parte que ele dava, então os alunos ficaram sem aula e ele estava com essa preocupação.<sup>12</sup>

No núcleo familiar, Marcos Cardoso Filho sempre exerceu a função de líder protetor, em especial após a partida de seu pai para o município de Altamira (PA), quando a família ainda morava em Joinville. Com a mudança da mãe e das três irmãs mais novas para Florianópolis, Marcos tornou-se o chefe da família, como recorda Tereza:

14

Ele sempre foi atencioso, nunca deixou de fazer nada em prol da minha mãe e da família, porque nós éramos menores. (...) Até ser preso ele era o chefe da família. Era casado com a Marise, mas ajudava. E eu também, trabalhava no Dasp<sup>13</sup> (...) e o dinheiro que eu recebia era todo para casa. Eu ficava com o dinheiro para o ônibus. Era difícil, ele que manteve mesmo, que ajudou a manter.<sup>14</sup>

Com gênese no movimento estudantil, ainda nos tempos de colégio em Joinville, o engajamento político de Marcos Cardoso Filho era outro de seus aspectos marcantes e manteve-se de forma paralela à atividade docente e à vida familiar. Seu envolvimento nas atividades de reestruturação do Partido Comunista Brasileiro em Santa Catarina foi o que o levou à prisão, em novembro de 1975, na chamada Operação Barriga Verde. Após o cumprimento da pena de três anos, período que será abordado em mais detalhes na próxima seção, o professor retornou às atividades docentes na UFSC e foi demitido da ETFSC, embora tenha manifestado interesse em retornar. Manteve a atividade política no PCB, tornou-se pai de Daniel Maravalhas Cardoso e deu início aos estudos de doutorado em Engenharia de Eletricidade na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Em 22 de dezembro de 1983, aos 33 anos, morreu em um acidente de barco na localidade da Costa da Lagoa, em Florianópolis: o mastro do veleiro que conduzia nas águas calmas da Lagoa da Conceição chocou-se com um cabo de alta tensão que havia

<sup>11</sup> Marcos Cardoso Filho tornou-se professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 18 de agosto de 1975.

<sup>12</sup> Entrevista concedida pelo engenheiro eletricitista Jean-Marie Farines, 65 anos, professor da Universidade Federal de Santa Catarina, ao Grupo de Trabalho do IFSC em março de 2014.

<sup>13</sup> Antigo Departamento de Saúde Pública de Santa Catarina.

<sup>14</sup> Entrevista concedida pela bancária aposentada Terezinha Belmira Cardoso (conhecida como Tereza), 60 anos, ao Grupo de Trabalho do IFSC em março de 2014.





sido instalado poucos dias antes. O acidente, que gerou grande comoção na época e motivou um processo da família contra a Celesc<sup>15</sup>, também vitimou seu filho Daniel, 4 anos; a companheira Eliane Motta; a irmã Regina Cardoso, 19 anos; e os sobrinhos Manoela Cardoso Garcia, 5, filha de Tereza, e André Cardoso Bittencourt, 7, filho de Rosemárie.

### 3.2 A Operação Barriga Verde em Santa Catarina

A forte reação da opinião pública à morte do jornalista Vladimir Herzog<sup>16</sup> nas dependências do DOI-CODI<sup>17</sup>, em São Paulo, em outubro de 1975, provocou certo clima de tranquilidade entre os militantes de esquerda que se organizavam, clandestinamente, contra o regime militar no Brasil. A repressão já havia coibido a ação de guerrilhas urbanas e rurais por todo o país, mas, com a vitória do MDB nas urnas em 1974 e a descoberta de duas gráficas clandestinas no Rio de Janeiro e em São Paulo, o PCB despontava como próximo alvo natural da repressão (TORRES, 2009). A grande repercussão da morte de Herzog, que expôs de forma escandalosa as cotidianas violações de direitos humanos que ocorriam nos porões da ditadura, fez então com que os militantes de esquerda vislumbrassem a possibilidade de abertura. Àquela altura, a repressão já tinha promovido operações contra o PCB em Minas Gerais, no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Paraná. O jornalista Celso Martins, que recém havia ingressado na militância do partido nessa época, recorda:

[A repressão] Estava chegando aqui. Mas com a morte do Herzog e toda aquela reação que teve na sociedade, aquelas passeatas, aquela missa, parecia que tinha acabado, que não ia haver mais nada. E nós continuamos nossa atividade normal dentro da universidade, na militância, até que na noite do dia 4 [de novembro de

<sup>15</sup>A empresa Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc) é a estatal responsável pela distribuição de energia no estado. A família atribuiu o acidente à instalação inadequada, feita às pressas, dos cabos de energia para a localidade isolada da Costa da Lagoa, que até então não contava com esse serviço público. De acordo com registro da época no jornal “Folha de S.Paulo”, citado por Martins (2006), o cabo havia sido instalado por sobre uma baía, a apenas 3,5 metros de altura, e era pouco visível. Onze meses após o acidente, quatro funcionários da Celesc foram condenados por homicídio culposo e lesões corporais. Na sentença, o juiz Eder Graf afirma haver provas de imperícia e negligência por parte dos acusados, que não seguiram o projeto original da obra nem os padrões de segurança. “A causa preponderante, isolada, única, foi a pequena altura do fio energizado sobre a água, em local onde as embarcações normalmente passeiam”, escreveu o magistrado (MARTINS, 2006).

<sup>16</sup>Nascido na Iugoslávia em 1937, de origem judia, Vladimir Herzog transferiu-se com a família para o Brasil na década de 1940 para fugir do nazismo em seu país. Tornou-se jornalista e dramaturgo, com atuação na cidade de São Paulo. Filiado ao Partido Comunista Brasileiro, foi detido em 24 de outubro de 1975, época em que era diretor de Jornalismo da TV Cultura, para prestar esclarecimentos sobre sua atuação no partido. Morreu sob tortura no dia seguinte, mas a versão oficial da repressão dava conta de que havia se suicidado. Somente em 2013 a família conseguiu alterar, no atestado de óbito, a causa da morte de Herzog para “lesões e maus tratos sofridos durante o interrogatório em dependência do 2º Exército (DOI-CODI)”.

<sup>17</sup> Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna, órgão de inteligência e repressão do governo durante o regime militar.



1975] uma amiga minha apareceu lá em casa dizendo que o Marcos tinha sido preso.<sup>18</sup>

Além de Marcos Cardoso Filho, outras 41 pessoas<sup>19</sup> foram presas na Operação Barriga Verde em Santa Catarina, todas com incursão no artigo 43 da Lei de Segurança Nacional<sup>20</sup> em vigor, que considerava crime “reorganizar ou tentar reorganizar de fato ou de direito, ainda que sob falso nome ou forma simulada, partido político ou associação, dissolvidos por força de disposição legal ou de decisão judicial, ou que exerça atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional, ou fazê-lo funcionar, nas mesmas condições, quando legalmente suspenso”. Fundado no Brasil em 1922, o PCB teve um breve período de legalidade entre 1945 e 1947. Em 1948, o registro do partido foi cancelado com base na Constituição de 1946 e a organização passaria, novamente, por uma longa fase de clandestinidade, até a retomada da legalidade em 1984.

Efetuada ao longo do dia 4 de novembro de 1975, uma terça-feira, dia em que Marcos Cardoso Filho daria aulas na ETFSC das 15 às 18 horas, as prisões da Operação Barriga Verde são hoje compreendidas como sequestros. Os relatos dão conta de que os presos ficaram incomunicáveis durante cerca de dez dias, período no qual foram levados a Curitiba (PR), onde ficava a 5ª Circunscrição Judiciária Militar e onde, também, ocorreram as torturas dos acusados. Marcos Cardoso Filho foi preso dentro da UFSC, como contam Tereza, sua irmã, a ex-mulher, Marise, e o amigo Jean-Marie:

A gente sabe que pegaram ele [Marcos] dentro da universidade. Na carta [documento público no qual Marcos denuncia a arbitrariedade da prisão e as

<sup>18</sup> Entrevista concedida pelo jornalista e historiador Celso Martins da Silveira Júnior, 58 anos, ao Grupo de Trabalho do IFSC em março de 2014.

<sup>19</sup> Os indiciados eram: Alécio Verzola, 27 anos; Amadeu Hercílio da Luz, 42 anos; Antônio Justino, 32 anos; Celso Padilha, 26 anos; Cirineu Martins Cardoso, 26 anos; Círio Arnaldo Vicente, 36 anos; Cyro Manoel Pacheco, 37 anos; Edésio Ferreira, 51 anos; Edgard Schatzmann, 35 anos; Elineide Lícia Martins, 25 anos; Emmanoel Alfredo Maes, 40 anos; Everaldo Brodbeck, 36 anos; Irineu Ceschin, 32 anos; João Augusto de Melo Saraiva, 44 anos; João Jorge Machado de Souza, 28 anos; Jobe Silva da Nova, 43 anos; Jorge João Feliciano, 46 anos; Jorge Vieira, 35 anos; Júlio Adelaido Serpa, 26 anos; Lourival Espíndola, 38 anos; Luiz Geraldo Bresciani, 26 anos; Luiz Jorge Leal, 31 anos; Marcio Campos, 25 anos; Marcos Cardoso Filho, 25 anos; Nahor Cardoso, 45 anos; Nelli Osmar Calduro Picolli, 60 anos; Newton Cândido, 39 anos; Osni Rocha, 27 anos; Paulo Antônio, 31 anos; Roberto Cologni, 34 anos; Roberto João Motta, 28 anos; Roque Felipe, 39 anos; Rosemárie Cardoso Bittencourt, 28 anos; Sebastião Ernesto Goulart, 45 anos; Teodoro Ghercov, 56 anos; Tulio Valmor Bresciani, 35 anos; Ury Coutinho de Azevedo, 48 anos; Valci Lacerda, 37 anos; Vilson Rosalino da Silveira, 25 anos; Vladimir Salomão do Amarante, 29 anos; Waldemar João Domingos, 37 anos; Walter Henry Willich Horn, 43 anos.

<sup>20</sup> O Decreto-Lei 898 de 29 de setembro de 1969 foi a Lei de Segurança Nacional que vigorou durante a maior parte da ditadura militar. O crime descrito no artigo 43 só foi revogado pela nova legislação da área, a lei nº 7.170 de 14 de dezembro de 1983, ainda vigente.





torturas, divulgada em 1976] ele conta que foi sequestrado. Ele ficou incomunicável, nós não sabíamos onde ele estava.<sup>21</sup>

Todo mundo ficou muito preocupado por saber que ele provavelmente estava sendo torturado, não só ele como todos os outros. E sem saber se ele ou os outros iriam sobreviver. Foi uma época terrível, todo mundo querendo saber notícias, uma correria. Quando ele voltou para Florianópolis ele já tinha sido torturado, estava magro, estava bem acabado, foi muito machucado. Foram momentos terríveis que todos viveram, especialmente a mãe dele. Foi muito terrível para a família.<sup>22</sup>

17

Ele estava incomunicável. Depois de um tempo a gente soube que ele estava em Curitiba, mas sempre incomunicável. Aos poucos a gente ficou sabendo de outras pessoas que estavam presas também. A irmã dele, a Rosemárie, também foi presa na oportunidade.<sup>23</sup>

O jornalista Celso Martins acrescenta detalhes aos relatos:

O Marcos e os demais foram levados para o DOI-CODI em Curitiba, que funcionava numa fachada de “Clínica Marumbi”. (...) Para lá foram ele, Motta, Alécio, Theodoro, Nilton Cândido. O Marcos foi um dos dez mais torturados. Todas essas formas de tortura de que se tem notícia, inclusive empalamento, eles passaram por isso. E ficaram acho que 12, 13 dias. No dia 16 [de novembro], o comando do Grupamento Leste Catarinense na época deu uma coletiva para os jornais informando da prisão, detalhando o nome de cada um. Ali é que a gente ficou sabendo o que tinha acontecido, porque até então ninguém sabia nada.<sup>24</sup>

Mesmo encarcerado, Marcos Cardoso Filho manteve uma postura de liderança entre os colegas de militância e na família. Comunicava-se rotineiramente com a mãe e as irmãs por meio de bilhetes, muitos deles até hoje guardados cuidadosamente pela família. Com os colegas do partido, contudo, evitava a comunicação por escrito e restringia-se ao envio de recados por meio da família, como conta o jornalista Celso Martins:

<sup>21</sup> Entrevista concedida pela bancária aposentada Terezinha Belmira Cardoso (conhecida como Tereza), 60 anos, ao Grupo de Trabalho do IFSC em março de 2014.

<sup>22</sup> Entrevista concedida pela professora aposentada Marise Maravalhas, 66 anos, ao Grupo de Trabalho do IFSC, em março de 2014.

<sup>23</sup> Entrevista concedida pelo engenheiro eletricitista Jean-Marie Farines, 65 anos, professor da Universidade Federal de Santa Catarina, ao Grupo de Trabalho do IFSC em março de 2014.

<sup>24</sup> Entrevista concedida pelo jornalista e historiador Celso Martins da Silveira Júnior, 58 anos, ao Grupo de Trabalho do IFSC em março de 2014.



Ele não nos mandava nada escrito. Mas nos orientava sobre o que fazer. Por exemplo, ele orientou a gente a trazer o Movimento Feminino pela Anistia para cá [Santa Catarina]. Esse movimento tinha sido criado pela Therezinha Zerbini, em São Paulo, e ele sugeriu que a gente fosse a São Paulo e a procurasse. E a gente fez isso, trouxe o movimento para cá. Então a Marise Maravalhas [então mulher de Marcos] e a Maria Rita, mulher do Motta, assumiram o movimento. A Margaret [Grando, mulher de Celso] inclusive foi até a casa da Therezinha no Morumbi e voltou cheia de material.<sup>25</sup>

Foi também por meio da família e dos colegas de partido, numa ação arriscada, que Marcos Cardoso Filho conseguiu expor publicamente as atrocidades cometidas nas prisões da ditadura militar: escreveu uma carta aberta denunciando as violações de direitos humanos que sofrera desde o momento da prisão. O documento manuscrito (Anexo 20)<sup>26</sup>, datado de 21 de dezembro de 1975, foi entregue pela família a Celso Martins, que o levou a Porto Alegre (RS), onde foi depois publicado no jornal “Luta Contínua”. A repercussão das denúncias fez com que Marcos fosse adotado pela Anistia Internacional. Em julho de 1976, uma petição pública com 772 assinaturas (Anexo 23), organizada na França e firmada por pessoas de diversas nacionalidades, foi endereçada a órgãos do governo brasileiro, organizações religiosas e imprensa, pleiteando a soltura de Marcos e dos demais presos na Operação Barriga Verde. Diz um trecho da petição pública:

Sabemos que nossos amigos foram vítimas das piores torturas, e pedimos a Vossa Senhoria tudo fazer para que essas terminem, tendo em consideração os princípios humanos os mais elementares. Pedimos outrossim a V.Sa. que nos garanta que os prisioneiros possam gozar dos direitos legais de defesa dos prisioneiros políticos. Permanecemos atentos e sensíveis a tudo que possa prejudicar a tradição democrática do Estado de Santa Catarina. Esperamos que nossos amigos, dignos de estima no mundo inteiro, reencontrem rapidamente a liberdade, e que nosso amigo Marcos, cujo valor como professor e engenheiro é incontestável, possa retornar sem mais tardar a seu emprego de professor no Centro Tecnológico da UFSC.<sup>27</sup>

Afastado da atividade docente na ETFSC após a prisão, Marcos Cardoso Filho foi substituído por outro professor e as atividades da disciplina sob sua responsabilidade seguiram normalmente. Nestor Manoel Habkost, aluno de Marcos na época, afirma que a substituição foi feita sem

<sup>25</sup> Entrevista concedida pelo jornalista e historiador Celso Martins da Silveira Júnior, 58 anos, ao Grupo de Trabalho do IFSC em março de 2014.

<sup>26</sup> Ver também a transcrição da carta manuscrita (Anexo 21).

<sup>27</sup> Trecho da petição pública da Anistia Internacional enviada com 772 assinaturas a autoridades judiciárias brasileiras civis e militares, além de outras organizações sociais. A petição foi organizada pelo grupo 17 da Anistia Internacional, com sede em Lyon, França, entre 1º de maio e 15 de julho de 1976.



nenhuma explicação por parte da direção da escola. Além disso, a prisão do professor jamais foi mencionada perante os alunos:

Nós nem sabíamos da prisão. Marcos desapareceu. Disseram apenas que o professor Marcos não ia mais dar aula. Primeiro nem disseram nada, só que Marcos não veio, faltou, alguma coisa do gênero, uma explicação momentânea sobre a ausência do professor Marcos. Passaram-se uma ou duas semanas sem aula, ou com substituição, até que veio nos dar aula o professor Márcio Collaço, excelente professor também, diga-se de passagem. Do ponto de vista técnico, a gente teve um professor com a mesma qualidade que o Marcos. Ele começou a nos dar aula e a vida continuou. Ninguém nos explicou porque o Marcos não estava dando mais aula e porque o Márcio estava no lugar dele. (...) Não se comentava absolutamente nada sobre prisão ou comunismo.<sup>28</sup>

19

Entre os alunos das fases mais adiantadas e os professores, contudo, faziam-se comentários sobre a prisão de Marcos, como recorda Paulo Wollinger:

Em 1975 as aulas estavam terminando, a gente não soube muito disso. Quando voltamos às aulas no ano seguinte [1976], daí sim a gente ficou sabendo. E já era uma situação mais complicada, eu mesmo tinha consciência disso, eu já era militante em grupos de jovens e já tinha contato com isso. Havia vários professores que eram amigos do Marcão e que sentiam isso [que havia algo errado]. E de um jeito ou de outro eles comentavam, deixavam passar, não resistiam a isso. Sabiam que tinha alguma coisa errada, mas o medo era grande. Ainda era o auge da ditadura e o medo era muito grande. Eu lembro desse burburinho, dessa fala à meia boca, das coisas que se comentava em grupinhos, alguns professores que no recreio comentavam com a gente que ele tinha sido preso, ninguém sabia por quê. E os alunos perguntavam se ele era bandido, os professores explicavam que não. Esses professores queriam preservar o Marcão para tentar explicar que ele não foi preso por ser bandido, e sim por uma razão injusta, mas também não podiam comentar isso a boca solta porque criaria um compromisso. Claro que só depois a gente foi perceber isso. Mas eu lembro que foi um ano muito desconfortável.<sup>29</sup>

De volta a Florianópolis após o período de torturas em Curitiba, ainda em 1976, Marcos e outros réus ficaram presos no 4º Batalhão da Polícia Militar, no centro da cidade, situado muito

<sup>28</sup> Entrevista concedida pelo professor da UFSC Nestor Manoel Habkost ao Grupo de Trabalho do IFSC, em março de 2014.

<sup>29</sup> Entrevista concedida pelo engenheiro eletricitista e professor do IFSC Paulo Roberto Wollinger, 56 anos, ao Grupo de Trabalho do IFSC em agosto de 2014.



próximo à residência da família Cardoso. Em seguida, foram transferidos para a Colônia Penal Agrícola, em Canasvieiras, no Norte da Ilha. A prisão preventiva foi decretada em 19 de fevereiro de 1976 e os pedidos de relaxamento para alguns dos acusados - ou seja, os pedidos para que respondessem ao processo em liberdade - foram negados. A maior parte dos indiciados recebeu o direito de responder ao processo em liberdade, benefício que Marcos só obteve em 8 de novembro de 1977, após exatos dois anos mantido sob custódia.

O julgamento dos 42 indiciados na Operação Barriga Verde ocorreu nos dias 9 e 10 de fevereiro de 1978. Do total, 26 foram absolvidos das acusações. Os outros 16 foram condenados a penas entre dois e quatro anos de reclusão. Marcos Cardoso Filho recebeu a pena de três anos e, como tinha ficado dois anos em prisão preventiva, voltou ao cárcere para cumprir o restante de sua pena, dessa vez na Penitenciária de Florianópolis. No início de abril de 1978, seus advogados entraram pedido de liberdade condicional, benefício que lhe foi concedido no dia 14 do mesmo mês. Uma das condições apontadas pelo juiz Darcy Ricetti para a concessão da liberdade condicional a Marcos Cardoso Filho era a obrigatoriedade de que ele tomasse “ocupação certa” em até 30 dias – ou seja, que voltasse a trabalhar. Embora tivesse vínculo empregatício na UFSC e na ETFSC, Marcos Cardoso Filho voltou às atividades docentes apenas na UFSC. Seu vínculo com a ETFSC foi desfeito em setembro de 1978, por iniciativa da instituição, como será abordado em detalhes mais adiante.

### **3.3 A audiência da Justiça Militar realizada na ETFSC**

Dez meses após o repentino desaparecimento do professor Marcos Cardoso Filho das atividades cotidianas da ETFSC, em novembro de 1975, alguns de seus ex-alunos e ex-colegas de trabalho voltaram a vê-lo de forma inesperada. De acordo com o relato de Nestor Manoel Habkost, sua turma do curso de Eletrotécnica foi conduzida ao auditório da instituição para presenciar um evento que seria realizado no local. Ao chegar lá, Habkost e os colegas foram surpreendidos com a presença do ex-professor perante um tribunal, em um cenário que parecia ser o de um julgamento.

A memória que eu tenho do evento que se passou é muito viva, porque ela foi chocante, brutal. Eu lembro de, ao chegar no auditório, ter me sentado na fila da esquerda, quase no fim, e de ter visto os militares sentados na frente, com mais algumas pessoas. E o Marcos entrando cabisbaixo, com as mãos para trás. Dois policiais entraram acompanhando e o trouxeram até a frente, ele sentou numa cadeira e aí começou o que para mim era o julgamento. Se me perguntarem “você



lembra de algum detalhe da fala?”, eu não lembro. Porque o que ficou de forte mesmo foi a imagem, a imagem de um professor que, para mim, naquele momento, estava muito mal por estar vivendo aquela situação. Ele era um professor que talvez tivesse aceitado tudo, a violência, a tortura, mas eu acho que este ato de ser exposto diante de seus alunos tenha sido o ato mais violento que o Marcos sofreu. Eu não poderia dizer isso com todo rigor, porque eu não sei exatamente o que ele viveu no momento em que foi torturado, ele deve ter sofrido muito. Mas a fisionomia do Marcos dizia isso, que ele queria estar em qualquer lugar, menos diante de seus alunos naquela situação. O Marcos nunca andou de cabeça baixa. E ali ele entrou cabisbaixo. A cara do Marcos parecia que estava maquiada, de tão branca e tão sem vida. E aí você vê aquele sujeito, que sempre falou com desenvoltura, que sempre foi alegre, inteligentíssimo, totalmente contraído.<sup>30</sup>

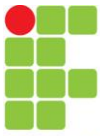
A cena que durante 38 anos permaneceu na memória de Habkost foi, de fato, um ato da Justiça Militar, mas não foi o julgamento propriamente dito do professor Marcos Cardoso Filho. Dado o grande número de pedidos de relaxamento de prisão encaminhados pelos advogados dos indiciados na Operação Barriga Verde, o Conselho da Justiça Militar da 5ª Região optou por transferir-se para Florianópolis, evitando assim a necessidade de transporte de grande número de pessoas, no caso os réus, para Curitiba (PR). Despacho manuscrito assinado pelo juiz auditor Darcy Ricetti, datado de 9 de setembro de 1976 (Anexo 1), determina que a audiência seria feita em Florianópolis, nas dependências da Escola Técnica Federal de Santa Catarina. Diz o texto, na íntegra:

Tendo em vista residirem quase todos os réus em Florianópolis e cidades vizinhas, aliado ao fato de estarem 26 dos réus presos na Capital do Estado de Santa Catarina, e as testemunhas de acusação serem da Polícia Federal de Florianópolis, designo os dias 21, 22 e 23 do corrente, para a ouvida das testemunhas acima aludidas, na Escola Técnica Federal de Florianópolis, às 13.30hs, para onde será deslocado o Conselho. Providências de costume. Em 9/09/76.<sup>31</sup>

A escolha da ETFSC para a realização da audiência se deu por indicação da Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, como se pode deduzir do ofício enviado pelo juiz auditor Darcy Ricetti ao titular da área, datado também de 9 de setembro de 1976 (Anexo 3). Diz o ofício, na íntegra:

<sup>30</sup> Entrevista concedida pelo professor da UFSC Nestor Manoel Habkost ao Grupo de Trabalho do IFSC, em março de 2014.

<sup>31</sup> Despacho do juiz auditor Darcy Ricetti, incluso no volume VII da Apelação 42.036, cujo original encontra-se arquivado no Superior Tribunal Militar (STM).



Tenho a honra de me dirigir a V.Exa. a fim de agradecer a indicação da Escola Técnica Federal de Florianópolis, como local para as audiências de inquirição das testemunhas de acusação nos autos de processo a que respondem perante este Juízo ALÉCIO VERZOLA e outros.

Informo a V.Exa. que estão designados os dias 21, 22 e 23 do corrente mês, às 13,30 horas, para a realização das audiências, pelo que solicito as providências que se fizerem necessárias no sentido da liberação do referido local para as datas antes mencionadas, esclarecendo que respondem ao dito processo quarenta e dois acusados.<sup>32</sup>

A audiência realizada nos dias 21 e 22 de setembro de 1976 no auditório da Escola Técnica Federal de Santa Catarina analisou os pedidos de relaxamento de prisão de 26 presos e concedeu a 19 deles o direito a responder ao processo em liberdade. Marcos Cardoso Filho foi um dos que tiveram o pedido negado.

O próprio Marcos Cardoso Filho menciona a realização da audiência em Florianópolis – sem, contudo, indicar com precisão o local – em um dos bilhetes que enviou, da prisão, para os familiares (Anexo 5). No bilhete datilografado datado de 15 de setembro, ano provável de 1976, ele dá orientações à família em relação à contratação de um novo advogado para sua defesa. Após várias explicações cuidadosamente numeradas, ele escreve:

6. Deve ser explicado para ele [o advogado] que a 5ª Auditoria se transferirá para Fpolis (a primeira vez) para ouvir as testemunhas de acusação e que talvez se possa pedir o relaxamento da preventiva. Dizer a ele que me encontro preso a mais de 10 meses e que é possível que nem sequer se tenha pedido o relaxamento da prisão preventiva na Auditoria. Obs. As custas da viagem dele para o dia da reunião do Conselho (21 e 22) será dividida em três partes. Se a Rose estiver interessada, poderemos dividir em 4.<sup>33</sup>

Durante a audiência, o advogado Manuel de Jesus Soares, defensor de Marcos Cardoso Filho, mencionou a sua atuação como professor da ETFSC ao solicitar o relaxamento da prisão preventiva. Consta na ata da audiência (Anexo 4):

O Dr. MANUEL DE JESUS SOARES, requer a juntada de diversos documentos, o que foi

<sup>32</sup> Ofício expedido ao Secretário de Segurança Pública de Santa Catarina pelo juiz auditor Darcy Ricetti em 9 de setembro de 1976, cujo original encontra-se no volume VII da Apelação 42.036, arquivada no Superior Tribunal Militar (STM).

<sup>33</sup> Bilhete enviado da prisão por Marcos Cardoso Filho à família, na data provável de 15 de setembro de 1976.





deferido pelo Conselho e se acham antecedendo a presente. Diz, ainda, que tais documentos colocam seu defendido em situação favorável a responder o processo em liberdade. Que os motivos que originaram a prisão preventiva não mais existem, citando acórdãos do S.T.F. e do S.T.M. Requer o relaxamento da prisão de seu defendido para que, em liberdade, responda ao restante da ação, retornando ao seio de sua família e à sua laboriosa profissão de mestre da Escola Técnica Federal de Santa Catarina.<sup>34</sup>

Não foram localizados nos arquivos antigos da Escola Técnica documentos que mencionem a realização da audiência da Justiça Militar nas dependências da instituição de ensino – como, por exemplo, um eventual ofício do órgão militar ou da Secretaria da Segurança Pública requisitando o uso do espaço. Há, contudo, registros escritos sobre o ato nos jornais da época (Anexos 6, 7 e 8) e relatos de que esse tipo de uso das instalações da ETFSC, uma instituição pública federal, era relativamente comum. As matérias publicadas nos jornais “O Estado” e “Jornal de Santa Catarina” em 22 e 23 de setembro de 1976 dão conta de que: a audiência foi realizada nos dias 21 e 22, no período da tarde; foram analisados 26 pedidos de relaxamento de prisão e concedidos 19; não tiveram o benefício concedido os réus Marcos Cardoso Filho, Alécio Verzola, Edgard Schartzmann, Irineu Ceschi, Jorge João Feliciano, Roberto Cologni e Theodoro Ghercov; o auditório estava cheio de pessoas acompanhando a audiência e havia grande contingente de policiais civis e federais atuando na segurança do local.

Nestor Manoel Habkost afirma que sua turma foi convocada para assistir à audiência:

Nós fomos convocados. Pelo menos a minha turma e as demais, que eram próximas, nas salas ao lado, tiveram a presença solicitada e foram encaminhadas até o auditório da ETFSC. (...) Eu não sei quem deu a ordem para que todos os alunos se dirigissem ao auditório. Provavelmente o diretor, porque não poderia ser uma iniciativa isolada de professores. Eu lembro que a nossa professora disse “vocês estão convocados para ir ao auditório”, algo mais ou menos nesses termos. (...) Nós ficamos aguardando sem saber de que se tratava, tinha um conjunto de militares na frente, sentados, e isso foi muito estranho. (...) Achávamos que era algum evento cívico, alguma coisa desse tipo, o que poderia ser perfeitamente entendido. E num dado momento entra o professor Marcos Cardoso cabisbaixo, com os militares acompanhando. Levam o Marcos, ele passa por todos os alunos e é colocado na frente, numa cadeira. E aí começa isso tudo que hoje você está me dizendo que seria um interrogatório, mas na minha memória foi um julgamento. O que foi triste e chocante de tudo isso, e que

<sup>34</sup> Trecho da ata da sessão nº 89 do Conselho Permanente de Justiça para o Exército, cujo original encontra-se no volume VIII da Apelação 42.036, arquivada no Superior Tribunal Militar (STM).



talvez tenha me levado a sempre narrar esse fato, é que hoje, sendo professor, eu fico me colocando na situação desse professor, que era adorado pelos alunos. (...) A sensação que eu tive é que aquilo ali foi tomado como uma espécie de cenário para dizer aos alunos que aquele professor que nós tanto amávamos, que era um professor de fácil trato com os alunos, inteligentíssimo, explicava muito bem o conteúdo da sua disciplina, que aquele tipo de pessoa talvez não fosse uma pessoa a ser seguida, porque ele estava sendo punido por algum crime que havia cometido e que nós, eu particularmente, não sabíamos de que se tratava.<sup>35</sup>

O engenheiro eletricitista Joel Lacerda, que era estudante da ETFSC na época e atualmente é professor no Instituto Federal de Santa Catarina, lembra ter presenciado parte da audiência. Ao contrário de Habkost, Lacerda diz que ele e seus colegas foram ao auditório movidos por curiosidade, em função da grande movimentação de pessoas pelo local:

Pelo que me recordo, eu teria vindo por curiosidade, em um fim de turno ou em um momento de pausa. Era relativamente comum haver audiências ou julgamentos da justiça comum usando nosso auditório, então por curiosidade muitas vezes os alunos, nos intervalos, iam observar o que estava acontecendo. (...) O que eu lembro é de vê-lo [Marcos] já no ambiente, não vi como ele entrou. Tenho recordações de pessoas em uniforme militar participando da audiência, uma espécie de mesa plenária. Não recordo do que estava sendo dito. Mas a cena ficou muito presente para mim até pela surpresa de vê-lo naquele ambiente, onde eu não esperava encontrá-lo.<sup>36</sup>

Tanto Habkost quanto Lacerda recordam o clima de dúvida que pairou entre os estudantes que testemunharam a audiência e que perdurou após o ato. Segundo eles, os alunos não receberam nenhuma explicação a respeito do que havia acontecido, tampouco sobre os motivos de um ex-professor da Escola Técnica participar daquele cenário na figura de réu.

Eu saí de lá sem saber o que era, imaginei que fosse uma espécie de julgamento, porque depois aconteceram outros. Só fui conseguir colocar esse evento num contexto histórico bem mais tarde, quando eu já estava na universidade. Aí eu conheci o professor Marcos [na UFSC] e fiquei sabendo das atividades que ele tinha, do tratamento que ele tinha recebido do governo militar na época, e só então consegui colocar aquele evento no seu lugar na história. Naquele momento e nos

<sup>35</sup> Entrevista concedida pelo professor da UFSC Nestor Manoel Habkost ao Grupo de Trabalho do IFSC, em março de 2014.

<sup>36</sup> Entrevista concedida pelo professor do Instituto Federal de Santa Catarina Joel Lacerda ao Grupo de Trabalho do IFSC, em março de 2014.





momentos seguintes eu não tinha ideia do que estava acontecendo.<sup>37</sup>

Ninguém nos explicou absolutamente nada. Em nenhuma disciplina se tratou disso. Em nenhuma disciplina houve um minuto para explicar o que nós vivemos. Por isso que eu digo que foi algo cruel. Se a professora que nos trouxe até o auditório usasse aquilo ali como matéria para pensar, eu acharia interessante, afinal de contas, independente da posição política que ela pudesse assumir naquele momento. Seria interessante. Mas não aconteceu isso. Voltamos à rotina dos textos e das leituras.<sup>38</sup>

25

A cobertura da audiência na Escola Técnica Federal foi uma das primeiras pautas do jornalista Celso Martins, que recém havia sido admitido como repórter no Jornal de Santa Catarina e dava início à sua carreira profissional no jornalismo. Martins recorda que o auditório estava bastante cheio e que havia muitos familiares na plateia. Lembra também de ter conversado com alguns dos réus antes do início do ato, num clima relativamente descontraído, tendo mostrado a eles uma edição do jornal com uma reportagem sua sobre “a mais longa viagem de Santa Catarina”, de Florianópolis a São Miguel do Oeste. Lembra também que os presos não estavam algemados.

Na mesa principal tinha os juízes auditores da Justiça Militar. Aí o promotor fez a acusação, teve um advogado que fez uma pequena defesa. Eu não lembro de eles [os réus] terem sido ouvidos. Depois eles [os militares] se reuniram entre eles e deram a sentença. Na hora entregaram para a gente [a imprensa] um papel com a condenação de cada um, certinho. (...) Eu não lembro de ter visto alunos. Pode ser que tenham estado, mas eu não lembro. Lembro deles [os réus] e dos familiares, principalmente os familiares do Marcos. A Janette estava lá, a mãe dele, dona Belmira, a Marise Maravalhas.<sup>39</sup>

De acordo com Habkost, embora os professores ou a direção da ETFSC não tenham se preocupado em explicar aos alunos o que se passava, a experiência vivida por ele e pelos colegas na audiência permitiu, depois, deduzir o que havia realmente se passado com o afastamento do professor da rotina de sala de aula:

Depois a gente entendeu. Naquele dia nós tivemos a capacidade de compreender o

<sup>37</sup> Entrevista concedida pelo professor do Instituto Federal de Santa Catarina Joel Lacerda ao Grupo de Trabalho do IFSC, em março de 2014.

<sup>38</sup> Entrevista concedida pelo professor da UFSC Nestor Manoel Habkost ao Grupo de Trabalho do IFSC, em março de 2014.

<sup>39</sup> Entrevista concedida pelo jornalista e historiador Celso Martins da Silveira Júnior, 58 anos, ao Grupo de Trabalho do IFSC em março de 2014.



que se passou – o Marcos foi preso, não saiu simplesmente da escola. Porque a sensação que se tinha antes era de que ele tinha ido embora, deixou de ser professor e colocaram um professor novo no lugar. (...) Só tardiamente fomos compreender que não se tratava de “Marcos foi embora”, mas de “Marcos foi preso”. Marcos não foi embora porque quis, ele foi expulso.<sup>40</sup>

Embora na prática tenha se afastado da atividade docente no dia da prisão, Marcos Cardoso Filho só foi efetivamente desligado da Escola Técnica Federal em 1978, por meio de ato administrativo do diretor da instituição, Frederico Guilherme Büendgens. Os documentos demonstram que a demissão foi uma decisão tomada à revelia da vontade do professor. Esse é o tema da próxima seção.

### **3.4 A demissão de Marcos Cardoso Filho da ETFSC**

Documentos localizados na pasta funcional de Marcos Cardoso Filho mantida nos arquivos do Instituto Federal de Santa Catarina mostram que o professor manteve contato com a instituição após a detenção. Três meses após a prisão, em 2 de fevereiro de 1976, o professor encaminhou correspondência (Anexo 11) ao diretor da ETFSC manifestando a intenção de retornar à sala de aula após a conclusão do processo. O texto diz, na íntegra:

MARCOS CARDOSO FILHO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, professor contratado dessa escola, tendo em vista haver sido detido para responder o processo de Incursão na Lei de Segurança Nacional, não pode cumprir seu contrato com essa escola, a partir de 04 de novembro de 1975, vem muito respeitosamente manifestar a V.Sa. a intenção de retornar às atividades tão logo se conclua o processo em questão, e que seja liberado para suas atividades normais.<sup>41</sup>

No mesmo documento, encontra-se a anotação manuscrita assinada pelo diretor da instituição, Frederico Guilherme Büendgens, datada de 3 de fevereiro de 1976:

<sup>40</sup>Entrevista concedida pelo professor da UFSC Nestor Manoel Habkost ao Grupo de Trabalho do IFSC, em março de 2014.

<sup>41</sup>Documento enviado por Marcos Cardoso Filho à direção da Escola Técnica Federal de Santa Catarina em 2 de fevereiro de 1976, mantido na pasta funcional do professor. Correspondência com o mesmo teor foi encaminhada, na mesma data, ao reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, onde Marcos Cardoso Filho era professor no Departamento de Engenharia Elétrica. Outros documentos fornecidos pela família demonstram, inclusive, a preocupação do professor com a disciplina que era ministrada por ele na universidade, para a qual não foi encontrado, num primeiro momento, substituto.



Aguarde-se a conclusão do inquérito para posterior deliberação sobre a conveniência de manter o servidor no estabelecimento.<sup>42</sup>

Em dezembro de 1977, nova correspondência (Anexo 12) enviada à direção da ETFSC solicita a concessão de licença sem vencimentos. O texto diz, na íntegra:

MARCOS CARDOSO FILHO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, professor contratado dessa Escola, vem mui respeitosamente requerer a V.Sa., licença sem vencimentos a partir desta data, até que se conclua o Inquérito Policial Militar a que responde junto a Justiça Militar da 5ª Circunscrição Judiciária Militar.<sup>43</sup>

27

No mesmo documento encontra-se anotação manuscrita assinada pelo diretor Frederico Guilherme Büendgens e datada de 14 de dezembro de 1977:

Como requer, até a conclusão do inquérito.<sup>44</sup>

Um bilhete (Anexo 22) encaminhado à família, sem data, apresenta uma lista de dirigentes de órgãos federais e parlamentares catarinenses para quem os familiares deveriam encaminhar correspondências buscando uma sensibilização para a situação de sua prisão. A lista de itens a abordar na correspondência é:

Que se encontra preso há um ano. Prisão preventiva decretada sem motivos. Não existe qualquer motivo que impeça a sua liberação. Se for interessante colocar que foi vítima de arbitrariedades. A manutenção da prisão preventiva só pode ser interpretada como castigo ou vingança. A prisão causou graves problemas econômicos para a família etc... Pedir no final para que interfira no sentido da liberação. Colocar outras coisas que achem interessante.<sup>45</sup>

Um dos destinatários da correspondência, cujo nome aparece em anotação manuscrita no bilhete, é Frederico Guilherme Büendgens, da Escola Técnica Federal de Santa Catarina. No entanto, não é possível saber com certeza se a família seguiu a recomendação de Marcos e encaminhou a correspondência. Nada com esse teor, pelo menos, foi localizado na pasta funcional do professor.

<sup>42</sup> Anotação manuscrita no documento descrito na nota 30.

<sup>43</sup> Correspondência enviada pelo professor Marcos Cardoso Filho à direção da ETFSC em 13 de dezembro de 1977.

<sup>44</sup> Anotação manuscrita no documento descrito na nota 32.

<sup>45</sup> Bilhete enviado por Marcos Cardoso Filho à família, na data provável de novembro de 1977.



Julgado em 9 e 10 de fevereiro de 1978 e condenado a três anos de prisão, Marcos Cardoso Filho deixou a prisão, em liberdade condicional, no dia 19 de abril de 1978, data de seu alvará de soltura expedido pela Auditoria da 5ª Circunscrição Judiciária Militar. Na pasta funcional que reúne os documentos do professor da então ETFSC há uma cópia desse documento.

Em 29 de agosto de 1978, o diretor Frederico Guilherme Büendgens remete o ofício nº 398 (Anexo 13) ao diretor da Divisão Central de Informações da Secretaria de Segurança e Informações de Santa Catarina, coronel Paulo Mendonça, solicitando informações sobre o resultado do Inquérito Policial Militar no qual Marcos Cardoso Filho esteve envolvido. O texto diz:

Vimos pelo presente solicitar a V.Sa, informar-nos sobre o resultado do Inquérito Policial Militar em que esteve envolvido o sr. MARCOS CARDOSO FILHO, Professor desta Escola, affim de que possamos providenciar a baixa de seu contrato, no caso de condenação do mesmo, uma vez que seu vínculo empregatício com esta Escola encontra-se suspenso desde novembro de 1975.<sup>46</sup>

Entre os documentos de Marcos Cardoso Filho existentes no arquivo não há ofício de resposta que tenha sido encaminhado pela SSI à direção da ETFSC.

Alguns dias após o envio do ofício da ETFSC à SSI, em 6 de setembro de 1978 é publicada a portaria de rescisão (Anexo 14) do contrato de trabalho de Marcos Cardoso Filho, por justa causa – detalhe que permite deduzir que o desligamento não tenha partido de um pedido do próprio professor. A rescisão tem como base o artigo 482, letra “d” do Decreto-lei nº 5.492, de 1º de maio de 1943. O Decreto-lei nº 5.492 de 1943 “cria o 2º Regimento Moto-Mecanizado, com sede em Uruguaiana” e possui um único artigo. O provável é que a rescisão deveria ter sido fundamentada no Decreto-lei nº 5.452, de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que prevê, na letra “d” do artigo 482, a possibilidade de rescisão de contrato de trabalho por justa causa em caso de “condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena”.

Além de ser perceptível a motivação política da rescisão contratual do professor Marcos Cardoso Filho, observa-se também que o documento que formalizou a demissão contém um erro no embasamento jurídico.

<sup>46</sup> Ofício nº 398, de 29 de agosto de 1978.



#### 4 Considerações finais

Com base nos documentos levantados, nos depoimentos colhidos e na pesquisa bibliográfica realizada, em atendimento à solicitação da Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright é possível concluir que:

**4.1 Houve, de fato, um ato da Justiça Militar realizado nas dependências da Escola Técnica Federal de Santa Catarina no qual o professor Marcos Cardoso Filho encontrava-se na condição de réu.** No entanto, soa inconsistente a ideia de que esse ato tenha sido realizado por iniciativa da direção da instituição. O que parece ter havido é a requisição do espaço pela Justiça Militar, para a realização da audiência, com a intermediação da Secretaria da Segurança Pública de Santa Catarina, como permitem concluir os documentos já citados. O fato de, entre os réus, figurar um professor da instituição parece ter sido uma infeliz coincidência. É improvável que a presença de Marcos Cardoso Filho entre os réus tenha sido o motivo para que o local escolhido tenha sido a ETFSC, até porque, com ele, havia outros 25 envolvidos na Operação Barriga Verde que tiveram seus pedidos de relaxamento de prisão analisados na mesma audiência. Além disso, o referido ato não foi o *juízo* de Marcos Cardoso Filho, como afirmou o professor Nestor Manoel Habkost à Comissão Estadual da Verdade. O professor reconheceu, depois, essa imprecisão na entrevista concedida ao Grupo de Trabalho do IFSC. Fica claro, contudo, que a imagem fixada na memória do professor Habkost era a de um tribunal, e que a cena presenciada por ele e por outros ex-alunos de Marcos Cardoso Filho foi, de fato, chocante e traumática, independente da natureza do evento ao qual eles foram conduzidos. É importante ressaltar, também, que embora a realização da audiência na ETFSC não tenha sido decisão da direção da instituição, a recomendação para que os professores conduzissem seus alunos, em horário normal de aulas, para presenciar o ato da Justiça Militar parece, de fato, ter sido um ato político da direção da época.

**4.2 A demissão de Marcos Cardoso Filho da Escola Técnica Federal de Santa Catarina foi um ato político.** O viés político da decisão fica evidente já na anotação feita no documento enviado pelo professor Marcos à direção da instituição, três meses após a prisão, solicitando a retomada de suas atividades após a conclusão do inquérito: o diretor registra a decisão de aguardar a conclusão do inquérito “para posterior deliberação sobre a *conveniência* [grifo nosso] de manter o servidor no



estabelecimento”. A forte vinculação de Frederico Guilherme Büendgens com o governo militar era explícita, como descreve Almeida (2010, p. 106): “No relacionamento político com professores e servidores administrativos, a administração do professor Frederico Guilherme Büendgens acompanhou os ditames de Brasília – ações centralizadas, pouca liberdade de expressão e repressão a qualquer tipo de ação que contrariasse o sistema político vigente naquele momento”. De modo que se pode inferir, portanto, que Büendgens jamais optaria por readmitir ao quadro funcional da ETFSC um professor condenado a três anos de prisão por conta de sua ideologia e vinculação partidária – por mais que esse professor fosse um bom profissional. Além disso, o ato de demissão tem um equívoco na fundamentação legal escrita na portaria, que provavelmente por erro de digitação/redação foi publicada com base em um decreto-lei que nada tem a ver com a Consolidação das Leis do Trabalho.

Desse modo, damos por encerradas as ações desenvolvidas no Instituto Federal de Santa Catarina referentes à demanda encaminhada pela Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright. O IFSC coloca-se à inteira disposição para mais esclarecimentos acerca das informações apresentadas.



## 5 Referências

ALMEIDA, Alcides Vieira de. Da Escola de Aprendizes de Artífices ao Instituto Federal de Santa Catarina. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2010.

MARTINS, Celso. Os quatro cantos do sol: Operação Barriga Verde. Florianópolis: Editora da UFSC/Fundação Boiteux, 2006.

\_\_\_\_\_. A gente quer ter voz ativa: estudantes contra a ditadura (1975-1979). In: BRANCHER, Ana Lice; LOHN, Reinaldo Lindolfo (Org.). **Histórias na ditadura: Santa Catarina (1964-1985)**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

TORRES, Mateus Gamba. **“A justiça nem ao diabo se há de negar”**: a repressão aos membros do Partido Comunista Brasileiro na Operação Barriga Verde (1975-1978). 2009. 188f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.





## 6 Anexos

### 6.1 Documentos relacionados à audiência de 21 e 22 de setembro de 1976, na Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETFSC)

Anexo 1 - Despacho do juiz auditor define data e local da audiência

Anexo 2 - Ofício do juiz auditor solicita deslocamento oficiais CPJEx para Fpolis

Anexo 3 - Ofício do juiz auditor à SSP agradece indicação ETFSC

Anexo 4 - Ata da audiência de 21 e 22 de setembro na ETFSC

Anexo 5 - Bilhete à família menciona audiência

Anexo 6 - Jornal O Estado 22 setembro 1976

Anexo 7 - Jornal O Estado 23 setembro 1976

Anexo 8 - Jornal de SC 24 setembro 1976





## **6.2 Documentos funcionais de Marcos Cardoso Filho na ETFSC**

Anexo 9 - Portaria contratação (abril 1973)

Anexo 10 - Grade de horários (segundo semestre 1975)

Anexo 11 - Manifestação intenção de retorno às atividades (fevereiro 1976)

Anexo 12 - Pedido licença sem vencimentos (1977)

Anexo 13 - Ofício ETFSC para SSI (agosto 1978)

Anexo 14 - Portaria rescisão (setembro 1978)



### **6.3 Outros documentos**

Anexo 15 - Contrato de trabalho ETFSC

Anexo 16 - Contrato de trabalho UFSC

Anexo 17 - Diploma graduação Engenharia Elétrica

Anexo 18 - Declaração de que ministrou aulas Eletrotécnica

Anexo 19 - Declaração de que ministrou aulas Eletrônica

Anexo 20 - Carta denúncia torturas – manuscrita

Anexo 21 - Carta denúncia torturas – transcrição

Anexo 22 - Bilhete à família

Anexo 23 - Petição pública Anistia Internacional

Anexo 24 - Livramento condicional

Anexo 25 - Alvará de soltura



#### **6.4 Documentos institucionais**

Anexo 26 - Ofício CEV para IFSC novembro 2013

Anexo 27 - Portaria 838

Anexo 28 - Superior Tribunal Militar-despacho à DIDOC e ofício IFSC